

ND



PUBLICIDADE LEGAL

PUBLIQUE AQUI

(48) 3212 4104

(48) 3212 4161

opec@ndmais.com.br



Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
<https://ndmais.com.br/publicacoes-legais>

CNPJ – 07.226.794/0001-55

COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2021

A Companhia Águas de Joinville apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são as mesmas do IFRS (princípios contábeis internacionais - International Financial Reporting Standards) e com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e dos Pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

1. Visão Geral do Negócio

O exercício de 2021 consolida o décimo sexto ano de atuação da Companhia Águas de Joinville na gestão municipal dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Pautada no desafio de consolidar o modelo de gestão do negócio assumido integralmente em 2005 de readequar o passo necessário à Universalização do Saneamento motivada pelo Novo Marco Regulatório de Julho/2020, a Administração visa o cumprimento das metas estabelecidas com foco no engajamento do time, melhoria dos processos e aplicação da tecnologia necessária à celeridade e qualidade esperada pelos cidadãos Joinvillenses.

2. Considerações preliminares

O ano de 2021 foi marcado por eventos importantes, dentre eles destacamos:

Apesar do encolhimento, quando comparando ao ano anterior, os valores investidos em expansão e melhorias dos sistemas de água e esgoto e institucionais são expressivos: **R\$59 milhões**, sendo estes, R\$24 milhões em água, R\$34 milhões em esgoto, e R\$1 milhão em patrimônio institucional, cujo detalhamento segue no presente relatório.

2.1 Reflexos da pandemia

No ano de 2021 foi dada continuidade às ações de enfrentamento a pandemia por Covid-19 no âmbito organizacional, onde foram mantidos os protocolos vigentes, acrescentando outros conforme orientações dos serviços de Saúde e Vigilância Epidemiológica relacionados aos decretos estaduais e municipais, e ainda orientações técnicas relacionadas ao tema.

Foram continuadas as ações de enfrentamento COVID-19 - Comitê de Crise; protocolos institucionais e orientações; distribuição de máscaras e álcool gel, assim como reforço na limpeza dos ambientes; procedimento de aferição de temperatura na entrada das unidades; teletrabalho para atividades possíveis; disponibilização de veículos da frota - para funcionários que utilizavam transporte público, visando evitar contágio por este fator de risco.

Quanto aos impactos provenientes do período pandêmico, houve retomada plena das ações comerciais, sendo que todos os processos puderam ser conduzidos de forma integral, sem prejuízos, a exemplo de: leitura dos medidores para emissão simultânea de fatura, novas instalações de ligação de água, deslocamentos de ramal e cavaleta da ligação de água, substituições para manutenção dos ativos do parque de hidrômetros, cortes e religações por inadimplência.

O maior impacto foi na execução das obras e serviços, no ano de 2021 o movimento inflacionário entre o período de montagem de orçamento, termo de referência e publicação de edital foram suficientes para defasarem os valores teto de contratação, restando licitações fracassadas ou processos licitatórios desertos, impactando na execução do plano de investimentos com atrasos nas contratações e consequentemente na projeção do ano.

Nos contratos em andamento, o maior desafio foram os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, reflexo da alta dos preços dos produtos asfálticos e do plástico em geral.

O reajuste do índice inflacionário de 2,40% que havia sido impedido de ser aplicado, conforme deliberação da Agência Reguladora ARIS, foi repassado a partir de janeiro/2021.

3. Estratégias de Longo Prazo e Perspectivas

A estratégia de curto, médio e longo prazo da Companhia Águas de Joinville foi delineada com base nos instrumentos de planejamento, os quais têm por fundamento garantir o abastecimento de água e melhorar os índices de cobertura de esgoto na cidade, contribuindo, assim, para o atingimento das metas de universalização e melhoria da qualidade de vida da população de Joinville e região.

O plano de universalização considera a participação de recursos de terceiros, via financiamentos, para cumprir os investimentos requeridos, já que a empresa não conseguiria atingir as metas impostas utilizando apenas recursos próprios. Além dos saldos a captar dos contratos já existentes – Caixa (R\$ 42,6MM), a Cia está em fase de contratação junto ao i) BRDE, o valor de R\$ 76MM; ii) AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento, o valor de € 45MM (R\$ 284MM em dez/21), e em negociação com o iii) BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, para captar US\$128MM (R\$ 714MM em dez/21). Com esses contratos, será possível atingir 72% de cobertura de esgotamento sanitário, além de melhorias nas redes de água e redução de perdas.

Para os próximos anos estão previstos projetos estruturantes necessários à universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, dos quais destacamos:

a. Modernizar a Estação de Tratamento de Água **ETA Pirai**;

b. Implantar o **Sistema de Abastecimento de Água Pirai Sul**, composto por Estação de Tratamento de Água e 20Km de adutoras, que disponibilizará 750 L/s de água potável;

c. Implantar **850 Km** de redes coletoras de esgoto;

d. Implantar **141 Estações Elevatórias** de Esgoto (bombeamento);

e. Construir **três Estações de Tratamento de Esgoto** - ETEs Vila Nova, Jardim Paraíso, e Vertente Leste;

f. Ampliar a capacidade da Estação de Tratamento de Esgoto **ETE Jarivatuba** em 3 etapas - para **900** litros/s, **1200** litros/s e **1500** litros/s.

Para fazer frente a cerca de R\$1 Bilhão em investimentos necessários à **universalização do sistema de esgotamento sanitário até 2033**, a Companhia está em fase avançada de negociação e aprovação de crédito com instituições financeiras nacionais e internacionais.

*meta estabelecida pelo Novo Marco Legal do Saneamento, Lei 14.026/2020.

4. Investimentos Realizados:

No ano de 2021 a Companhia investiu **R\$ 59 milhões**, sendo estes, R\$ 24 milhões em água, R\$ 34 milhões em esgoto, e R\$ 1 milhão em patrimônio institucional, conforme quadro resumo a seguir:



5. Principais ações e resultados obtidos

Durante o ano de 2021 estiveram em execução **40 Projetos Estratégicos** com foco nos objetivos e metas estabelecidas no planejamento da Companhia para os próximos anos, dentre os quais destacamos:

Em **março de 2021**, foi iniciada a operação da nova **Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Jarivatuba**, a maior estação de Santa Catarina. O projeto consistiu na ampliação do sistema com a construção da nova ETE Jarivatuba, para tratar 600 L/s. Com a implantação da nova ETE, além do incremento de vazão e de eficiência na qualidade do esgoto tratado será possível desativar o antigo sistema de tratamento de esgoto constituído por lagoas de estabilização.

Em **maio de 2021** foi concluída a obra de **ampliação do sistema de abastecimento de água nas margens da Rodovia do Arroz**, SC-108, onde 17 Km de tubulações e um sistema de bombeamento beneficiaram a comunidade local.

Em **junho de 2021** foi concluída a obra de **substituição das antigas tubulações de água da Rua Blumenau**. Foram implantados 5 Km de novas tubulações nos passeios, para melhorar a qualidade no abastecimento da população atual e futura e evitar manutenções na pista.

Em **agosto de 2021** ocorreu o lançamento oficial do **Programa “Águas Para Sempre”**, que é baseado no Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), instrumento que visa recompensar, de forma proporcional, os proprietários de imóveis rurais que margeiam o rio, à montante da ETA Cubatão, que, voluntariamente, comprometem-se a desenvolver ações de conservação dos recursos hídricos, proteção das áreas naturais, de manejo, adoção de práticas conservacionistas de uso do solo em suas áreas de produção agrícola, restauração de áreas degradadas, formação de corredores de biodiversidade, dentre outros.

Em **setembro de 2021**, a **TBO - Tarifa Básica Operacional** foi um importante Projeto Estratégico implantado, que estabeleceu uma nova estrutura de tarifação para o município de Joinville. Consiste na cobrança de uma parcela de tarifa fixa e outra variável, conforme cada metro cúbico consumido, provendo o mínimo custo aos consumidores.

Em **outubro de 2021**, foi iniciada pré-operação da **Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Espinheiros**, segunda maior estação de Joinville, após obras de modernização e ampliação da capacidade de tratamento da Estação, de 17 litros/s para 51 litros/s, atendendo aos padrões de lançamento de efluente tratado.

Em **dezembro de 2021**, a Companhia foi **reconhecida mundialmente** pela qualidade dos estudos de aproveitamento hidroenergético do sistema de abastecimento de água. Vencedora do prêmio *Going Digital Awards in Infrastructure 2021*, na categoria Sistemas de Água, Esgoto e Drenagem, com o projeto Simulação Hidráulica, a Companhia foi a única representante selecionada do Brasil e campeã de uma das 19 categorias da competição. No total, foram enviados aproximadamente 300 projetos por 230 organizações de 45 países.

O **Programa de Eficiência Energética** foi responsável por migrar as três principais unidades consumidoras da Companhia para o Mercado Livre de Energia - ETA Cubatão, ETE Espinheiros e Sistema de Bombeamento Florianópolis (EEE + booster). No primeiro trimestre de 2022, também está previsto migrar para o Mercado Livre a maior Estação de Tratamento de Esgoto, a ETE Jarivatuba. A expectativa é economizar cerca de **R\$ 49 milhões em 5 anos**, comparado com o valor do mercado cativo e energia 100% verde, com redução de 50.000 ton na emissão de CO².

No ano de 2021, os indicadores que refletem as perdas de água no Sistema de Abastecimento de Água (SAA) não atingiram as metas de redução estabelecidas, vários fatores contribuíram para este resultado:

- novo contrato de manutenção do SAA, com novo fornecedor e a judicialização do processo de contratação, gerando prejuízos na mobilização e produtividade da empresa que prestava o serviço, o que gerou um período de adaptação e alguns indicadores operacionais apresentaram um comportamento que refletiu no não atingimento da meta geral de perdas de água.

- não execução dos serviços de caça fraudes devido à dificuldade na contratação deste serviço, apesar da equipe interna manter a fiscalização e algumas ações pontuais, não foi suficiente para conter o avanço das fraudes;

- dificuldade de contratação de equipes de escavação e pavimentação para às equipes internas da Gerência de Manutenção e Serviços, responsáveis pelas obras de melhorias no sistema, como instalação de válvulas redutoras de pressão.

Para minimizar estes impactos na gestão de perdas de água, durante o ano de 2021, foram iniciados estudos para contratação de serviços para redução de perdas por performance, que remunera o contratado pelo resultado das ações e vem se mostrando uma alternativa viável para reduzir o prazo de implantação das ações.

Neste contexto, foram realizados estudos para contratação de ações de redução de perdas aparentes, no desenvolvimento desta ação foi realizada modelagem para identificação do potencial a ser recuperado, estudo de viabilidade econômico-financeira, prospeção no mercado, com isso a contratação deverá se concretizar no início do ano de 2022.

Referente ao contrato de performance para perdas reais, foi selecionada uma área que será foco do estudo e onde está sendo realizada a modelagem hidráulica para estabelecimento do escopo mínimo para a contratação. Foi selecionada a zona sul do município como primeira área de estudo, nesta área estão inseridos os reservatórios R-4 (Itaum), R-10 (Nova Brasília), R-11 (Profipo) e R-12 (Paranaguamirim), que correspondem a cerca de 40% das ligações ativas do SAA.

Para viabilizar estes projetos, a Companhia está captando recursos financeiros junto a órgãos internacionais, além de uma parte ser executada com recursos próprios, totalizando um montante de aproximadamente 160 milhões de reais em investimentos na Redução das Perdas de Água do SAA nos próximos 5 anos.

5.1 Sistema de Distribuição de Água

A continuidade das obras de melhorias no Sistema de Distribuição de Água elevaram a disponibilidade de 97,48% em 2020 para 97,74 em 2021. Isto representa um incremento de 0,26% do Índice de Disponibilidade dos Serviços de Água (IDSA) da cidade.

Esse resultado refletiu uma redução nas reclamações de falta de água de 12.927 para 11.785, sendo 8,83% menor quando comparado a 2020.

Entre as principais ações que levaram ao incremento do IDSA e redução das faltas de água, podemos destacar as seguintes obras e ações:

a. Reforço operacional das redes de macrodistribuição dos bairros Atradores, Aventureiro, Boa Vista, Comasa, Espinheiros, Glória, Paranaguamirim, Pirabeiraba, Rio Bonito e Vila Nova;

b. Instalação de sistema de bombeamento tipo booster na Rua Arthur Rodrigues;

c. Criação da Zona de Pressão ZP-6 no bairro Paranaguamirim;

d. Criação da Zona de Pressão Praia Grande no bairro Comasa;

e. Ressorotorização dos reservatórios R1 e R7, otimizando a distribuição de água entre setores de distribuição;

f. Localização e Reparo de 1.281 vazamentos ocultos.

Com relação a qualidade da água distribuída, em 2021 o resultado final da qualidade foi de 99,52% e o tempo médio de atendimento as reclamações de qualidade dos clientes ficou em 06:00 horas após o registro da manifestação do cliente.

5.2. Melhorias nos serviços de manutenções

a. Redução de 2152 vazamentos de água (8%), com relação a 2020;

b. Continuação do projeto de substituições de ramais de água em vez do conserto, que desde seu início em junho de 2020 já atingiu o número de 5692 ramais substituídos (até Dez/21);

c. Continuação da compatibilização de obras de pavimentação realizadas em 450 ruas do município. Com o objetivo de evitar o desgaste da imagem da CAJ perante a população, o procedimento foi desenvolvido junto aos órgãos de infraestrutura urbana da PMJ, para que sejam verificados todos os serviços planejados pela CAJ para as ruas indicadas para pavimentação, desde obras de expansão, melhorias operacionais, manutenções preventivas, vazamentos ocultos e novas ligações de água e/ou esgoto. As informações foram transmitidas através de reuniões periódicas e do Sistema Eletrônico de Informação - SEI;

d. Realização de média mensal de 6,8 km de limpeza preventiva por hidrojateamento na rede coletora de esgoto da cidade;

e. Ampliação da elevatória de esgoto da Avenida Vice Prefeito Luiz Carlos Garcia (painel, abrigo e bombeamento);

f. Substituição de 14 válvulas (DN 400 e 600) no Floodecantador da ETA Cubatão;

g. Entroncamento do cabeamento de interligação da ETE Espinheiros na entrada de energia;

5.3. Sistema de Esgotamento Sanitário

Desde que a Companhia assumiu a concessão dos serviços de água e esgoto no município, em 2005, diversos projetos e obras foram executados para elevar a cobertura de esgoto na área urbana que era de cerca de 15% na época. Para fazer frente a este déficit, em 2021 foram investidos mais de R\$34 milhões em expansão do sistema de esgoto, e o resultado de todos os investimentos realizados até então é verificado no índice de cobertura de esgoto do município que atualmente é de 40,90%.

Dentre as principais obras executadas em 2021 pode-se destacar a adequação e ampliação da ETE Espinheiros com aumento da capacidade de 17 para 51 litros por segundo e ampliação de 19 Km de rede coletora de esgoto.

5.4 Controle de Qualidade

A partir do mês de Julho de 2021, com a revisão feita pelo Ministério da Saúde da Portaria de Potabilidade GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021, o número de pontos monitorados passou de 231 para 250. Esse monitoramento é realizado através de procedimentos padronizados que oferecem uma maior qualidade, confiabilidade e rastreabilidade aos resultados gerados. Diariamente a equipe de amostragem, especializada para realização desse serviço, percorre a cidade de norte a sul, leste a oeste, monitorando a qualidade da água que é distribuída para a população. Os resultados dessas análises podem ser encontrados no site da Companhia.

5.5. Gestão Comercial

No âmbito das atividades de micromedição, telemetria, faturamento, fiscalização, captação de clientes, e cobrança merecem destaque as seguintes ações:

a. Destaca-se no faturamento a Implantação da TBO - Tarifa Básica Operacional, novo modelo de faturamento que extinguiu a tarifa mínima. Em setembro de 2021 entrou em vigência a nova tabela tarifária. A tarifação até então era realizada para uma tarifa mínima de 10 m³ de consumo, independentemente se houvesse este consumo, ou não. Ou seja, se o usuário consumisse, por exemplo, 8 m³, a tarifa praticada era de 10 m³. A TBO tem por finalidade a manutenção do custo necessário para que a Companhia Águas de Joinville possa manter sua estrutura de fornecimento de água e esgoto no município, estimula o consumo consciente, além de ser uma forma de cobrança socialmente mais justa.

b. No LabHidro (Laboratório de Hidrometria) foram realizadas durante o ano de 2021 mais de 3.000 ensaios em medidores. A partir dos dados provenientes dos ensaios, estudos e campanhas de substituição, calculou-se o índice de submedição do parque em 2,98%.

c. Continuidade do programa de padronização das ligações de água. O padrão é estabelecido a partir de ligações novas e deslocamentos do cavaleta da ligação de água. O ano de 2021 se encerrou com um total acumulado de mais de 60% de padronização das ligações ativas da cidade. Dentro das ações de combate às perdas, foram realizadas fiscalizações. Com isso, estima-se que a CAJ deixou de perder 256.116 m³ de água, equivalente a mais de R\$ 1,1 milhões de reais. Com objetivo de resgatar usuários inativos foram realizadas negociação de débitos pela fiscalização em 372 clientes.

d. A CAJ monitora através do uso de sistema de IoT - *Internet of Things* em torno de dois mil clientes, que representa aproximadamente 15% do volume total micromedido. A ferramenta é utilizada para dimensionamento de hidrômetros, verificação de picos de consumo e identificação de vazamentos remotamente, além de permitir o acompanhamento de consumo e anomalias nos clientes contemplados com tal tecnologia. Condomínios residenciais, escolas, hospitais, indústrias entre outros usuários são acompanhados por este sistema.

e. Continuidade do programa de fiscalização e busca por irregularidades e fraudes. Em 2021, a Companhia realizou 22.312 fiscalizações/abordagens, detectando e sanando aproximadamente 1.500 fraudes (ações ilícitas de furto de água) e 2.300 correções de irregularidades, o que resultou na emissão de 2.543 autos de infrações. Ainda dentro das ações de caça fraudes, foram executados 145 serviços, em que se destaca 59 eliminações de ligação clandestina e 33 retiradas de *by-pass*.

f. Continuidade da política de micromedição e redução de perdas comerciais, mantendo o índice de hidrometração em 100%, ou seja, toda ligação em Joinville é hidrometrada, garantindo medição e faturamento eficientes. No ano de 2021 foram realizadas 14.686 substituições de hidrômetros. A idade média do parque de medidores da cidade é de 2,83 anos, ou seja, uma idade que o caracteriza como um parque renovado. Além disso, deu-se continuidade a política de utilização de medidores de alta tecnologia, pertencentes a uma classe metrológica superior. Os medidores ultrassônicos e volumétricos, os quais pertencem a esta classe metrológica superior, medem conjuntamente 75,17 % de todo o volume micromedido da cidade. Toda a nova ligação de água ou padronização de ligação é contemplada com hidrômetro do tipo volumétrico.

5.6. Gestão de Relacionamento com Cliente

No âmbito das atividades de relacionamento com mercado e sociedade, merecem destaque:

a. Segmento Social:

- 533 famílias beneficiadas por meio de atendimento social à domicílio;
- 196 famílias beneficiadas por meio de atendimento remoto (canais digitais);
- 1694 atendimentos aos CRAS's (Centros de Referência em Assistência Social do Município de Joinville).

b. **Cobrança preventiva:** ações denominadas internamente de “pré-corte” foram responsáveis por cerca de 228.881 contatos com clientes que tiveram a oportunidade de regularizar os débitos antes da interrupção do abastecimento de água por falta de pagamento.

c. **Ação de Cobrança In Loco:** foram realizadas 636 negociações, atingindo o valor de **R\$ 2,2 milhões**.

Em 2021 operamos com 5 unidades de atendimento localizadas nos bairros: Aventureiro, Centro, Comasa, Fátima e Pirabeiraba. Ao longo deste período realizamos cerca de 53000 solicitações de serviços, dos quais destacamos a transferência de titularidade, ligação nova de água, padronização da ligação e emissão de 2º via.

Tornar a experiência do cidadão joinvilense com os serviços de água e esgoto mais simples, fácil e transparente é um dos principais objetivos da Companhia Águas de Joinville. A Companhia segmenta os clientes para aprimorar a sua forma de prestação de serviço de acordo com suas características e necessidades individuais. Em 2021 foram 239.365 interações com foco nas características individuais e na experiência dos clientes.

Outro canal que apresentou grande relevância foi o autosserviço. A utilização do portal de atendimento (site) demonstrou evolução significativa: em 2021 foram abertas cerca de 41.407 ordens de serviço através do autoatendimento, o que representa um aumento de aproximadamente 15% em relação ao ano anterior.

6. Transparência e Governança Corporativa

No âmbito das atividades de planejamento, governança corporativa e do sistema de gestão integrado, merecem destaque as seguintes ações:

a. Aperfeiçoamento da Estrutura de Governança Corporativa, Riscos, Conformidade e Controle Interno da empresa à luz da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais). Em 2021 foram criados e ou implementados os seguintes instrumentos: Políticas de *Due Diligence*, Brindes e Presentes e Controle Interno; Iniciada a revisão da Matriz de Materialidade de ESG da CAJ, **lançamento da 1ª Semana de Integridade da CAJ**, que envolveu diversas palestras sobre temas relevantes de ética e compliance; participação do Projeto ACERTAR (iniciativa da ABAR/MDR e operacionalizado pela ARIS), que visa a avaliação da confiança e exatidão dos dados fornecidos ao SNIS e adequação dos processos internos para atendimento ao E-Sfinge On-line, conforme IN N.TC-28/2021 do TCESC;

b. No âmbito da gestão de riscos, as seguintes atividades foram realizadas em 2021: Revisão da Matriz de Riscos Corporativos com horizonte 2022-2026, elaboração do PCNRD – Plano de Continuidade de Negócio e Recuperação de Desastres da CAJ e recriação da gestão de riscos, para atuação conjunta com gestão de conformidade e controle interno, dando, assim, suporte a todos os macroprocessos da empresa.

c. Reformatação do Programa de **CCQ - Círculo de Controle de Qualidade da empresa**, que passou a direcionar o banco de conhecimentos internos da empresa para resolução dos principais desafios estratégicos da CAJ por meio de soluções inovadoras, denominando-se, assim, PIIC – Programa e Incentivo a Inovação Colaborativa da CAJ. O Programa será lançado no início de 2022.

d. Revisão do modelo de Planejamento Estratégico da CAJ: Em 2021 a CAJ passou a adotar a metodologia *Hoshin Kanri: Policy Deployment Method*. Hoshin Kanri é um método para garantir que os objetivos estratégicos de uma empresa conduzam o progresso e a ação em todos os níveis da empresa. Este método elimina o desperdício que vem de diretrizes inconsistentes e da comunicação deficiente. Ele busca alinhar os objetivos da empresa (estratégia) com os planos da média gerência (táticos) e o trabalho realizado por todos os funcionários (operacional). Além de manter o uso do BSC para alinhamento estratégico, a CAJ também definiu os seus três pilares estratégicos, sendo eles: Experiência do Cliente, Excelência Operacional e Sustentabilidade e Novos Negócios.

e. Criação do Escritório de Inovação da CAJ, INOVACAJ, que tem por objetivo a atuação



Prefeitura de
Joinville

CNPJ – 07.226.794/0001-55

2. Bases de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB bem como estão em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, alterada e atualizada com as disposições das leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

A moeda funcional da Companhia é o Real, que também é moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis são determinadas considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas, incluem as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Contábeis em 17/03/2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São consideradas equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Estoques

Os estoques são formados por materiais de consumo e são avaliados ao custo médio de compra ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

3.3. Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota explicativa 12. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

3.4. Intangível

É demonstrado pelo custo, líquido de amortização acumulada e por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo intangível e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do intangível em andamento, são apropriados ao seu custo, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

A amortização é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimadas dos ativos, sendo às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixadas por espécie de bem, tem como base Laudo de Avaliação de Ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e o método de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.7. Provisões

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é baseada na avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosas

Com base no relatório "histograma das pendências" é calculado o percentual de inadimplência para cada faixa de vencimento obtendo-se uma média ponderada das pendências dos últimos 36 meses. Esta média ponderada é a taxa de inadimplência a ser aplicada sobre cada faixa de vencimento do relatório "aging list" que apresenta o saldo das contas de clientes.

Provisões para tributos

Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

Os ativos e passivos tributários diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

As alíquotas e as leis tributárias usadas para calcular o montante de tributos correntes são aquelas que estão em vigor na data do balanço e para os tributos diferidos são mensuradas pelas taxas esperadas de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

3.8. Reconhecimento de receita

Receita de Serviços

As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção

De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

3.9. Instrumentos financeiros

Ativos

Aplicações Financeiras

A Companhia tem como prática histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48.

Clientes

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, determinado de acordo com o CPC 47.

O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com prazo médio de vencimento de 30 dias.

Outras contas a receber – OGU

Referem-se aos recursos pagos no desenvolvimento de obras com subsídio do governo (OGU), na qual a Companhia atua como interveniente executora da Prefeitura Municipal de Joinville. Os recursos recebidos do OGU estão registrados pelo seu valor original e destinam-se a encontro de contas com Termos de Compromisso OGU no Passivo (Nota 8) ao final da Obra. Os créditos não são negociáveis.

O modelo de negócios da Companhia é manter os ativos financeiros com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais (juros e principal). Desta forma, o critério de mensuração dos ativos financeiros, classificados como contas a receber, adotado pela Companhia é o custo amortizado.

Passivos

Fornecedores

A Companhia não tem histórico de financiar compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias. É mensurado inicialmente pelo valor da transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado.

Financiamentos

A Companhia possui sete contratos de financiamento junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e um junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) nos quais as liberações de recursos dos financiamentos são realizadas periodicamente pelo agente Financeiro condicionado à efetiva execução das respectivas etapas das obras e serviços.

Os financiamentos são atualizados pela TR, mensalmente são calculados e pagos os juros e encargos com base nas taxas contratuais pré-definidas. Assim, os contratos de financiamento mantêm-se atualizados até a data do fechamento de cada mês.

A Companhia não tem contratos de derivativos. Os passivos financeiros são mensurados inicialmente e subsequentemente ao custo amortizado.

3.10. Tributos

Tributos sobre o lucro

Em novembro de 2017 a Companhia teve confirmada pelo Supremo Tribunal Federal sua imunidade tributária com relação ao imposto de renda sobre o lucro (nota 22). Os tributos sobre o lucro da Companhia restringem-se, com a decisão, à contribuição social, a qual tem alíquota de incidência de 9%.

Tributos sobre as vendas

São formados por PIS (1,65%), COFINS (7,6%), ISS (2% a 5%). As vendas são apresentadas, nas demonstrações de resultado e líquidas dos tributos incidentes sobre faturamento.

3.11. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início.

Os valores envolvidos na contabilização estão descritos na nota 27.

3.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Em 2021 não houve novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações contábeis.

3.13. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se à perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosas (nota 3.7), provisão para processos cíveis e trabalhistas (nota 3.7) e avaliação da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis (notas 3.3 e 3.4).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos Conta Movimento	2.679	2.072
Aplicações Financeiras	96.730	66.992
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	99.409	69.064

Incluem depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's), depositados em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez diária sem prejuízo da remuneração contratada, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Aplicações financeiras

Refere-se a aplicação vinculada a contratos de financiamento com à Caixa Econômica Federal e Banco Regional de Desenvolvimento (nota 14), que não são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, mas possuem prazo superior a 365 dias para resgate, desta forma classificado como não circulante. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.189 (R\$ 2.099 em 2020).

Aplicações de Circulante e Não Circulante com rentabilidades de aproximadamente 97,97% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (98,43% em 2020) com prazo de resgate inferior a 90 dias.

7. Contas a receber

	2021	2020
Contas Residenciais	36.341	33.114
Contas Comerciais	4.427	4.285
Contas Industriais	1.518	1.408
Contas Públicas	4.830	3.657
Serviços a faturar	13.098	11.971
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosas	(18.561)	(15.634)
Total Contas a Receber	41.653	38.801
Circulante	40.483	38.289
Não Circulante	1.170	512

	2020	Provisão	Reversão	2021
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosas	(15.634)	(3.633)	706	(18.561)

8. Termos de compromisso OGU

Saldos ativos

	2021	2020
Contrato OGU 351.103-58	380	380
Contrato OGU 351.167-26	1.651	1.651
Contrato OGU 408.686-24	54.506	53.172
Contrato OGU 408.687-38	53.164	36.845
Total ativo termo de compromisso OGU	109.701	92.048

Esses valores referem-se a pagamento a fornecedores cujos contratos estão atrelados aos recursos obtidos por meio do Orçamento Geral da União.

Saldos passivos

	2021	2020
Contrato OGU 351.103-58	380	380
Contrato OGU 351.167-26	1.651	1.651
Contrato OGU 408.686-24	46.583	45.590
Contrato OGU 408.687-38	22.393	19.670
Total passivo termo de compromisso OGU	71.007	67.291

Esses valores referem-se a recursos para obras no Sistema de Esgotamento Sanitário, provenientes do Orçamento Geral da União, repassados pela Prefeitura de Joinville, em cujos contratos a Companhia figura como Interveniente Executor.

9. Tributos a recuperar

	2021	2020
Contribuição social sobre lucro líquido a recuperar	1	1
IRPJ a recuperar - imunidade	1	3.330
Outros	9	9
Total tributos a recuperar	11	3.340
Circulante	10	10
Não circulante	1	3.330

A Companhia apurou os créditos tributários de IRPJ provenientes da ação de imunidade tributária recproca transitada em julgada em novembro de 2017 com a seguinte composição:

	2021	2020
Crédito tributário IRPJ de 2006 a 2010	13.087	13.087
Crédito tributário IRPJ retido 2011 a 2016	482	482
Crédito tributário IRPJ retido de 2017	36	36
Crédito tributário de IRPJ retido de 2018	1	1
Atualização monetária	14.174	14.170
Compensação com PIS e COFINS	(27.779)	(24.446)
Total IRPJ a Recuperar - crédito tributário	1	3.330

10. Estoques

	2021	2020
Matéria-prima e materiais de laboratório	849	1.099
Manutenção de Redes e Ramais	2.380	2.665
Outros Materiais Consumo	669	589
Total Estoques - Ativo Circulante	3.898	4.353

11. Depósitos judiciais

	2021	2020
Depósito judicial - trabalhistas	74	91
Depósito judicial - cíveis	3.041	2.930
Total depósitos judiciais	3.115	3.021

O saldo representa os valores iniciais depositados acrescidos de atualização monetária, por meio dos índices utilizados pela Instituição Financeira depositária.

Movimentação:

	2020	Constituição	Saque	2021
Depósito Judicial – Trabalhistas	91	249	(266)	74
Depósito Judicial – Cíveis	2.930	654	(543)	3.041
Total depósitos judiciais	3.021	903	(809)	3.115

12. Ativo imobilizado

a) Composição do saldo

	2021		2020		Taxa anual média de depreciação
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	3.200	-	3.200	3.200	-
Edificações	1.892	(225)	1.667	1.686	1,67%
Máquinas e equipamentos	1.901	(827)	1.074	1.100	6,67%
Instalações	761	(92)	669	668	1,67%
Móveis e utensílios	1.978	(1.244)	734	777	8,33%
Equipamentos de informática	4.810	(2.945)	1.865	1.635	12,50%
Veículos	421	(234)	187	307	10%
Beneficentários imóveis terceiros	295	(49)	246	250	1,67%
Outros	35	(23)	12	15	16,67%
Obras em andamento	109	-	109	96	-
Sub-Total	15.402	(5.639)	9.763	9.734	
Direito uso contrato arrendamento	9.336	(6.128)	3.208	1.417	20% a 100%
Totais	24.738	(11.767)	12.971	11.151	

b) Movimentação do custo histórico

	2020	Adições	Transferências (*)	Baixas	2021
Terrenos	3.200	-	-	-	3.200
Edificações	1.892	-	-	-	1.892
Máquinas e equipamentos	1.814	88	-	(1)	1.901
Instalações	748	13	-	-	761
Móveis e utensílios	1.908	71	1	(2)	1.978
Equipamentos de informática	4.230	580	-	-	4.810
Veículos	551	-	-	(130)	421
Beneficentários imóveis terceiros	295	-	-	-	295
Outros	35	-	-	-	35
Obras em andamento	96	13	-	-	109
Sub-Total	14.769	765	1	(133)	15.402
Direito uso contrato arrendamento	5.446	3.890	-	-	9.336
Totais	20.215	4.655	1	(133)	24.738



CNPJ – 07.226.794/0001-55

13. Intangível

a) Composição do saldo:

	Custo	Amortização Acumulada	2021		2020		Taxa anual média de amortização
			Líquido	2021	Líquido	2020	
Terrenos	1.919	-	1.919	1.740	-	-	-
Edificações	1.995	(194)	1.801	1.828	-	1,67%	-
Máquinas e equipamentos	71.328	(32.942)	38.386	39.884	-	6,67%	-
Instalações	272.271	(22.889)	249.382	237.844	-	1,67%	-
Móveis e utensílios	446	(242)	204	189	-	8,33%	-
Software	9.224	(7.802)	1.422	1.923	-	12,50%	-
Marcas e patentes	13	-	13	13	-	-	-
Benfeitorias imóveis terceiros	12.077	(805)	11.272	10.213	-	1,67%	-
Outros	29	(16)	13	11	-	16,67%	-
Obras em andamento	194.224	-	194.224	173.890	-	-	-
Estoque para Obras	7.890	-	7.890	6.799	-	-	-
Contrato de concessão	242.510	(199.060)	43.450	55.577	-	5%	-
Totais	813.926	(263.950)	549.976	529.911			

b) Movimentação do custo histórico:

	2020	Adições	Transferências(*)	Baixas	2021
Terrenos	1.740	179	-	-	1.919
Edificações	1.995	-	-	-	1.995
Máquinas e equipamentos	68.505	3.890	130	(1.197)	71.328
Instalações	257.172	12.602	2.527	(30)	272.271
Móveis e utensílios	408	32	6	-	446
Software	9.169	55	-	-	9.224
Marcas e patentes	13	-	-	-	13
Benfeitorias imóveis terceiros	10.865	261	951	-	12.077
Outros	25	4	-	-	29
Obras em andamento	173.890	25.163	(3.615)	(1.214)	194.224
Estoque para Obras	6.799	3.527	-	(2.436)	7.890
Contrato de concessão	242.510	-	-	-	242.510
Totais	773.091	45.712	(1)	(4.877)	813.926

(*) Saldo transferido do Imobilizado

c) Movimentação da amortização acumulada:

	2020	Adições	Transferências	Baixas	2021
Edificações	(167)	(27)	-	-	(194)
Máquinas e equipamentos	(28.621)	(5.308)	-	987	(32.942)
Instalações	(19.328)	(3.561)	-	-	(22.889)
Móveis e utensílios	(219)	(23)	-	-	(242)
Software	(7.246)	(556)	-	-	(7.802)
Benfeitorias imóveis terceiros	(652)	(153)	-	-	(805)
Outros	(14)	(2)	-	-	(16)
Contrato de concessão	(186.933)	(12.127)	-	-	(199.060)
Totais	(243.180)	(21.757)	-	987	(263.950)

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, mais especificamente o OCPC 05, todos os bens ligados à infraestrutura, ou seja, aqueles que ao final do contrato de concessão devem voltar ao controle do Município, considerando pelo seu valor residual, estão classificados e contabilizados no Intangível.

A Companhia realizou um estudo interno através das Comissões nomeadas pelas portarias nº 1.349/2016 e nº 2.621/2020 que avaliou e concluiu que a vida útil e o valor residual bem como o valor em uso respectivamente estão em consonância e sem necessidade de mudança ou reconhecimento de impairment.

14. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos estavam assim compostos:

	Encargos	Início	Vencimento	2021	2020
PAC água CEF	TR+8,2%a.a.	2008	2030	13.185	14.334
PAC esgoto CEF	TR+8,2%a.a.	2008	2031	22.114	23.800
PAC esgoto II CEF	TR+8,76%a.a.	2010	2033	47.061	48.999
PAC ampliação ETA Cubatão CEF	TR+8,3%a.a.	2013	2037	15.642	12.715
ETE Espinheiros 0521.138-83 CEF	TR+8,5%a.a.	2020	2044	11.967	-
BRDE reservatórios R-0 e R-7	TR+9%a.a.	2019	2041	7.503	7.628
				117.472	107.476
Parcelas circulante				9.819	8.731
Parcelas não circulante				107.653	98.745

Garantias dos financiamentos PAC CEF:

a) O penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária, em virtude da exploração dos serviços públicos no município de Joinville/SC.

b) Como forma de constituir e operacionalizar a garantia estabelecida, além da manutenção dos recursos financeiros ainda não aplicados nos investimentos a que se destina, em conta própria, obriga-se a manter contas vinculadas intituladoas, uma Arrecadadora e outra de Reserva, com saldos de 3 (três) e 1 (hum) encargo mensal nos termos pactuados, bloqueado até a liquidação final do financiamento obtido.

Garantias do financiamento BRDE:

a) A Companhia se obriga a manter em conta vinculada intitulado Reserva no Banco do Brasil o equivalente a 4 (quatro) vezes a parcela da dívida.

b) Também se obriga a manter em conta vinculada intitulado Reserva na Caixa Econômica Federal o equivalente a 1 (uma) parcela da dívida.

c) Ainda se obriga a manter em conta corrente intitulado Centralizadora um fluxo mínimo de 3 (três) vezes o valor da parcela da dívida.

O mapa de movimentação dos empréstimos no período está abaixo demonstrado:

	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	107.476	99.670	16.661	14.932
Captação	16.053	13.044	16.662	14.932
Apropriação de juros	9.613	8.998	16.662	14.933
Amortização de principal e juros	(15.670)	(14.236)	16.662	14.933
Saldo final	117.472	107.476	34.163	32.813
			117.472	107.476

Em 2020 a Companhia contratou três linhas de créditos com a Caixa Econômica Federal conforme o quadro abaixo com a finalidade de atender a cada programa de investimento no qual até 31 de dezembro de 2021 ainda não havia captado nenhum recurso.

Programa	Taxa	Ano de início	Ano de término	Valor contratual
Programa saneamento para todos DMC's CEF	TR+8,5%a.a.	2020	2039	12.025
Programa saneamento para todos ETE Vila Nova CEF	TR+8,5%a.a.	2020	2044	25.270

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus advogados e assessor jurídico, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em 31 de dezembro conforme segue:

	2021	2020
Contingências cíveis	2.042	4.538
Contingências trabalhistas	-	158
Total contingências	2.042	4.696

As movimentações para ações cíveis e trabalhistas no período foram:

	2020	Provisão	Reversão	2021
Cíveis	4.538	1.500	(3.996)	2.042
Trabalhistas	158	1	(159)	-
Total	4.696	1.501	(4.155)	2.042

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus advogados divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em 2021 a Companhia tinha o valor de R\$ 52.144 (R\$ 39.556 em 2020) em ações consideradas de perda possível, sobre as quais não foi registrada provisão. As ações de risco possível têm a seguinte composição:

	2021	2020
Cíveis	49.659	37.157
Trabalhistas	352	353
Ambientais	2.133	2.046
Total	52.144	39.556

As ações nas quais a Companhia é parte tem a seguintes naturezas: (i) **Cíveis**: as ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em razão de supostos prejuízos vinculados ao desenvolvimento das atividades de tratamento do esgoto sanitário, bem como a supostos prejuízos causados a terceiros, cliente e fornecedores; (ii) **Trabalhistas**: as ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por empregados de empresas terceirizadas; (iii) **Ambientais**: as ações ambientais estão relacionadas ao não atingimento da universalização de esgotamento, especialmente na bacia do Rio Cachoeira, a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes e elevatórias de esgoto.

16. Contribuição social sobre lucro diferida

	2021	2020
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(2.042)	(184)
Provisões temporárias	(4.907)	(442)
Provisão de perdas de clientes	(4.330)	(390)
Diferença depreciação societária X fiscal	130.494	11.745
	119.215	10.729

A Companhia registra tributo diferido apenas para a contribuição social, uma vez que, que em decorrência da ação de imunidade tributária recíproca transitada em julgado em novembro de 2017, a Companhia não é tributada pelo IRPJ.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social:

O Capital Social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 288.703 (R\$ 288.703 em 2020), constituído integralmente pelo Município de Joinville, representado por ações 28.870.288 (28.870.288 ações em 2020), sendo 28.828.324 (28.828.324 em 2020) ordinárias e 41.964 (41.964 em 2020) preferenciais nominativas, todas com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais).

17.2 Dividendos:

De acordo com o artigo 47 do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício após as deduções previstas nos itens (i) e (ii) do art. 46, e do ajuste previsto no Art. 202 e seus parágrafos, da Lei 6.404/76. Os juros sobre o capital próprio, pagos pela Companhia serão, obrigatoriamente, imputados como pagamento do dividendo obrigatório.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	74.999	61.799
Reserva legal (5%)	3.750	3.090
Base para dividendos	71.249	58.709
Dividendos obrigatórios (25% da base)	17.812	14.677
Juros sobre capital próprio apropriados no exercício	(19.985)	(19.627)
Dividendos mínimos a pagar	-	-

17.3 Juros sobre o capital próprio:

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis.

No exercício de 2021, a Companhia creditou ao acionista, a título de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos, o montante de R\$ 19.985 (R\$ 19.627 em 2020). Foram pagos no exercício R\$ 19.633 (R\$ 20.019 em 2020), restando saldo a pagar aos acionistas no valor de R\$1.846 (R\$ 1.494 em 2020), líquido do imposto de renda retido na fonte.

17.4 Reserva para investimentos:

Reserva que a Companhia destina dos lucros acumulados por meio da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para execução do orçamento de investimentos. No exercício de 2021 o saldo das reservas de lucros excederam o capital social integralizado em R\$ 2.074 e, em atendimento ao art. 199 da Lei 6.404/76, a AGO deliberará em 04/2022 sobre a aplicação desse excesso no aumento do capital social ou na distribuição de lucros. A proposta dos administradores é para o aumento de capital social.

18. Receitas operacionais líquidas

	2021	2020
Receita bruta	219.225	199.953
Serviços de água	203.026	189.061
Serviços de água – residenciais, comerciais e industriais	9.992	8.079
Serviços de água – órgãos públicos	6.207	2.813
Serviços de água – outros serviços	53.635	50.532
Serviços de esgoto	51.128	47.596
Serviços de esgoto – residenciais, comerciais e industriais	1.989	1.725
Serviços de esgoto – órgãos públicos	518	1.211
Serviços de esgoto – outros serviços	42.186	73.201
Receitas de construção	42.186	73.201
Receitas de construção - CPC 47 (a)	42.186	73.201
Receita Bruta total	315.046	323.686
Tributos, cancelamentos e abatimentos		
COFINS	(20.225)	(18.547)
PIS	(4.391)	(4.027)
ISSQN	(109)	(77)
Cancelamentos	(5.898)	(6.000)
Abatimentos	(844)	(429)
Total tributos, cancelamentos e abatimentos	(31.467)	(29.080)
Receita operacional líquida	283.579	294.606
Receitas líquida água e esgoto	241.394	221.405
Receitas líquida de construção - CPC 47 (a)	42.186	73.201

(a) De acordo com o ICPC 01(R1) e CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a receita

de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

Em 01 de setembro de 2021 entrou em vigor nova tabela tarifária, conforme aprovado na Deliberação da Agência Reguladora Intermunicipal nº 029/2021. Estabeleceu o percentual de 1,66% (um vírgula sessenta e seis por cento), a título de revisão tarifária e a aplicação de novo modelo estrutura tarifária (tarifa fixa e tarifa variável).

19. Custos dos serviços prestados e de construção

	2021	2020
Salários e ordenados	(26.425)	(24.465)
Serviços sociais	(3.892)	(3.721)
Materiais de processos	(6.367)	(5.233)
Materiais de consumo	(179)	(173)
Manutenção e conservação	(5.365)	(5.632)
Serviços e utilidades	(21.667)	(18.707)
Serviços de terceiros	(33.653)	(34.300)
Gerais e administrativas	(693)	(3.368)
Utilização	(21.337)	(20.586)
Créditos fiscais	7.478	7.230
Total custo dos serviços prestados	(112.100)	(108.955)
Custo de construção CPC 47	(42.186)	(73.201)
Total custo dos serviços prestados	(154.286)	(182.156)

20. Despesas operacionais por natureza

20.1. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Salários e ordenados	(15.096)	(11.969)
Serviços sociais	(2.201)	(1.751)
Materiais de consumo	(899)	(627)
Manutenção e conservação	(1.140)	(901)
Serviços e utilidades	(956)	(778)
Serviços de terceiros	(9.184)	(7.374)
Gerais e administrativas	(5.560)	(6.619)
Utilização	(3.437)	(3.174)
Participação sobre os lucros	(1.377)	(2.939)
Créditos fiscais	93	71
Total despesas gerais e administrativas	(39.757)	(36.061)

20.2. Despesas comerciais

	2021	2020
Salários e ordenados	(3.690)	(5.039)
Serviços sociais	(602)	(884)
Materiais de consumo	(4)	(14)
Manutenção e conservação	-	(2)
Serviços e utilidades	(10)	(25)
Serviços de terceiros	(2.679)	(3.315)
Gerais e administrativas	(209)	(172)
Utilização	(41)	(123)
Créditos fiscais	218	218
Total despesas comerciais	(7.017)	(9.356)

21. Resultado financeiro

|--|



Prefeitura de Joinville

CNPJ – 07.226.794/0001-55

Gestão de risco

A Administração da Companhia se preocupa em minimizar os riscos mediante Política de Gestão de Riscos. As aplicações e resgates de Investimentos obedecem à disponibilidade ou necessidade de Caixa, ou seja, a intenção é preservar o valor da moeda. Historicamente a Companhia não tem investido em aplicações de risco, nem tem utilizado recurso de forma a especular no mercado e nem possui operações em derivativos.

Risco de Mercado

Risco decorrente da variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores inflacionários.

Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia mantém um volume de empréstimos com taxas pré-fixadas sem indexador significativo atrelado.

Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (equivalentes de caixa, aplicações) e contas a receber (clientes). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2021. Os riscos relativos aos clientes são diminuídos pela sua composição contemplar uma base pulverizada. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento. Provisão para perdas é constituída para ajustar o valor do contas a receber ao seu provável valor de realização.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

25. Riscos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. Sendo assim, a Companhia busca minimizar os riscos e impactos associados às suas atividades por meio do uso de procedimentos de trabalho e controles operacionais padronizados, da aplicação de treinamentos regulares e do investimento em equipamentos mais eficientes e menos poluentes, visando sempre uma atuação sustentável. A administração da Companhia, tomando por base o relatório de análise crítica do SGA – Sistema de Gestão Ambiental, acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26. Partes relacionadas

	2021	2020
Contas a receber		
Faturamento Água/esgoto - Prefeitura Municipal de Joinville	510	297
Orçamento Geral da União - Prefeitura Municipal de Joinville - Nota 8	109.701	92.048
Total contas a receber	110.211	92.345
Contas a pagar		
Juros sobre capital próprio - Prefeitura Municipal de Joinville	(1.846)	(1.494)
Juros sobre capital próprio - Prefeitura Municipal de Joinville - Nota 8	(71.007)	(67.291)
Total contas a pagar	(72.853)	(68.785)
Resultado		
Faturamento água/esgoto - Prefeitura Municipal de Joinville	5.056	3.907
Juros sobre capital próprio - Prefeitura Municipal de Joinville	(19.985)	(19.627)
Total resultado	(14.929)	(15.720)

Fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta um saldo de faturas emitidas contra a Prefeitura de Joinville e seus órgãos subordinados de R\$ 510.

Orçamento Geral da União – OGU

A Companhia assinou em 20 de setembro de 2011 os Termos de Compromisso nº 0351103.58.2011 de R\$463 e o de nº 0351167.26.2011 de R\$1.715, na qualidade de interveniente executor para contratação de projetos relativos ao saneamento básico, dos quais o Município de Joinville figura como compromissário, para receber recursos da União Federal.

Em 29 de agosto de 2013 a Companhia assinou os Termos de Compromisso nº 408.686-24/2013 de R\$48.568 e, em 13 de setembro de 2013, o nº 408.687-38/2013 de R\$72.851, ambos na qualidade de interveniente executor para contratação de projetos relativos ao saneamento básico, dos quais o Município de Joinville figura como compromissário, para receber recursos da União Federal.

Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal

A remuneração global anual, incluindo honorários, benefícios e encargos dos Administradores, Comitê de Auditoria Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia para o período de 05/2021 a 04/2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 28 de abril de 2021, no montante de R\$2.098. Para a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, foi aprovada a verba mínima prevista no parágrafo 3º, do art. 162 da Lei das S/As. Para a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutária, fica aprovado o equivalente a 20% da média mensal da remuneração da Diretoria.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutária, Conselho Fiscal e dos Diretores foi de R\$1.846 no exercício de 2021 e de R\$1.579 em 2020. Sendo em 2021 R\$1.408 (R\$1.166 em 2020) a título de remuneração e R\$365 (R\$300 em 2020) referente a encargos. Para os Diretores foram creditados a título de remuneração variável em 2021 R\$34 (R\$63 em 2020) e, a título de benefícios R\$ 39 em 2021 (R\$50 em 2020).

Outras Transações com partes relacionadas

- Em 16 de novembro de 2017, a Companhia assinou o Acordo de Cooperação Operacional Nº 036/2017/PMJ relativo à implementação do Projeto Viva Cidade 2 - Revitalização Ambiental e Urbana do Município de Joinville Contrato de Empréstimo nº 3410/OC-BR de 01 de agosto de 2017, firmado entre a Prefeitura de Joinville e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no qual a PMJ figura como órgão executor.

- O custo total do Projeto é de US\$140.000, dos quais US\$70.000 serão financiados pelo BID e US\$70.000 serão financiados com recursos da contrapartida local, dos quais a Companhia será responsável pelas obras de saneamento.

- Em 27 de setembro de 2018 foi assinado o Contrato de Empréstimo nº BRA-18/2017, firmado entre o Município de Joinville e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), para execução do Programa Linha Verde Eixo Ecológico Leste de Joinville, por meio de ações de mobilidade urbana e de ampliação do acesso aos serviços de saneamento do Município de Joinville, no qual a PMJ figura como Órgão Executor/Mutuário.

- O custo total do Programa é de até US\$80.000 cabendo ao FONPLATA financiamento no montante de até US\$40.000, e ao Mutuário, contrapartida equivalentes à até US\$40.000. Cabe à Companhia supervisionar as obras de saneamento básico conforme item 2.3 do Anexo único do contrato. Obras de saneamento da Companhia estão sendo utilizadas como contrapartida deste contrato.

- Unidades de atendimento ao público da Companhia ocupam espaço junto aos imóveis das subprefeituras das regiões nordeste, leste e sudeste, conforme Termos de Cessão de Uso firmado com a PMJ em 2018.

- A PMJ e Companhia firmaram o Convênio Nº 020/2019 para disponibilização do software SEI – Sistema Eletrônico de Informação, criado pelo TRF4, para a tramitação eletrônica dos expedientes administrativos.

27. Arrendamento Mercantil (CPC 06)

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A Companhia utilizou para sua transição a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Após a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos passaram a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Em vez disso, a Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contém opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

A Companhia registra os contratos de locação de acordo com o CPC 06:

	Saldo 2020	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Saldo 2021
Ativo Imobilizado					
Direito uso - arrendamento	5.446	2.165	1.594	131	9.336
Depreciação Direito uso - arrendamento	(4.029)	(562)	(1.437)	(100)	(6.128)
Totais ativo	1.417	1.603	157	31	3.208
Passivo Circulante					
Passivo de arrendamento	(1.641)	(65)	(20)	(35)	(1.761)
(-) Juros a transcorrer	106	106	(25)	(1)	186
Sub-total	(1.535)	41	(45)	(36)	(1.575)
Passivo não circulante					
Passivo de arrendamento	-	(1.920)	-	(31)	(1.951)
(-) Juros a transcorrer	-	284	-	3	287
Sub-total	-	(1.636)	0	(28)	(1.664)
Totais passivo	(1.535)	(1.595)	(45)	(64)	(3.239)

28. Eventos Subsequentes

Em 27 de janeiro de 2022 o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital nos termos dispostos no Estatuto Social (art.6º parágrafo único), com a capitalização de parte da Reserva de Lucros no valor de R\$ 33.230, com a emissão de 3.323.050 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada.

DIRETORIA	
Giancarlo Schneider Diretor Presidente	
Andre Domingos Romero Castro Diretor Administrativo Financeiro	
Kamilo Reis Carnasciali dos Santos Diretor Técnico	
CONTADORA	
Carolina Bauer Moritz	
CRC SC-029979/O-5	

COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE, pela totalidade de seus membros, dentro de suas atribuições e responsabilidade legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração, e o Relatório, sem ressalvas, da Taticca Auditores Independentes S.S, de 14 de março de 2022, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Joinville, 17 de Março de 2022.

Luiz Claudio Gubert
Presidente

Maurício Woehl Junior
Conselheiro

Samara Perfeito Nunes
Conselheira

COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Águas de Joinville, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Companhia Águas de Joinville, acompanhados das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Joinville, 17 de Março de 2022.

Marcelo Hack
Presidente

André Chedid Daher
Vice Presidente

Daniel Augusto Hoffmann
Conselheiro

Fabio Rodrigo Schatzmann
Conselheiro

Julio de Oliveira Moreira
Conselheiro

Thiago Zschornack
Conselheiro

Valdecio de Oliveira
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, conselheiros e acionistas da **Companhia Águas de Joinville** Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Águas de Joinville (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Águas de Joinville em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

(i) Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avallamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 14 de março de 2022.

TATICCA
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

ADERBAL ALFONSO HOPPE
Contador - CRC 1SC020036/O-8 T-SP

Poder Judiciário JUSTIÇA ESTADUAL Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina 2ª Vara da Comarca de Barra Velha Rua José do Patrocínio de Oliveira, 1003 - Bairro: Centro - CEP: 88390000 - Fone: (47) 313-08117 - <https://www.tjsc.jus.br> - Email: barravelha.vara2@tjsc.jus.br **USUCAPÍPIO Nº 5004653-98.2020.8.24.0006/SC AUTOR: DENISE SPIESS RÉU: MARCOS WERLANG RÉU: IVETE FATIMA TOCHETO WERLANG RÉU: HEITOR DOMINGOS SOARES EDITAL Nº 310023590672 JUIZ DO PROCESSO: GUY ESTEVAO BERKENBROCK - Juiz(a) de Direito Citando(a)(s): INTERESSADOS INCERTOS OU DESCONHECIDOS Prazo do Edital: 30 dias Descrição do(s) Bem(ns):** Um terreno situado na cidade de Barra Velha, localizado no Loteamento Vila Mar Itajuba, na Rua 1091, dista 469,50 metros da Rodovia Governador Mário Covas, com as seguintes medidas e confrontações: partindo-se do vértice V1 com coordenadas X= 729019.2800 e Y= 7042439.1800, seguindo com azimute 76°27'55" e distância 19,05 metros chega-se ao vértice V2 com coordenadas X= 729036.3800 e Y= 7042444.2700, confrontando com Denise Spiess. Partindo-se do vértice V2 com azimute de 344°55'22" a distância de 15,00 metros chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=729032.2200 e Y=7042458.7700, confrontando com a Rua 1091. Partindo-se do vértice V3 com azimute de 256°28'54" e distância de 19,05 metros chega-se ao vértice V4 com coordenadas X=729015.1600 e Y=7042453.9900, confrontando com Janete Ana dos Santos Luchetta. Partindo-se do vértice V4 com azimute de 164°55'22" e distância de 15,00 metros chega-se ao vértice V1, ponto de origem, confrontando com Júnior Caetano. Perfazendo uma área total de 285,75 metros quadrados. **Prazo Fixado para a Resposta:** 15 (quinze) dias. Pelo presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, bem como seu(s) cônjuge(s), se casada(o)(s) for(em), confrontante(s) e aos eventuais interessados, FICA(M) CIENTE(S) de que neste Juízo de Direito tramitam os autos do processo epígrafado e CITADA(S) para responder à ação, querendo, no lapso de tempo supramencionado, contado do primeiro dia útil seguinte ao transcurso do prazo deste edital. **ADVERTÊNCIA:** Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Será nomeado curador especial no caso de revelia (art. 257, IV do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 01 (uma) vez(es), sem intervalo de dias, na forma da lei.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de **Concorrência nº 217/2022 destinado a Pavimentação Asfáltica das ruas: Avenida Francisco Alves, Gago Coutinho, Presidente Wenceslau Braz e Sabino da Costa e pavimentação em lajotas de concreto na rua Bezerra de Menezes**, na Data/Horário: 26/04/2022 às 09 horas, para recebimento e abertura dos invólucros. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br no link "Editais de Licitação". Chave no TCE: 6D1899A8E3E673C429E6C32541A35BC136BC6205.

Joinville, 21 de março de 2022.

Ricardo Mafra – Secretário de Administração e Planejamento
Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva**MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC****TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2022****TCE/SC 6E138C72AC5180FD700CA3169040A1BD1BD65C62**

O Município de Tubarão/SC, situado à Rua Felipe Schmidt, nº 108, Centro, informa que se encontra aberta licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária da Rua dos Ferrovários, situada no Bairro Oficinas, Tubarão/SC.

Início da Sessão Pública da Tomada de Preços: 14:00 do dia 08/04/2022.

A entrega dos envelopes será até as 19:00 do dia 07/04/2022 no Departamento de Licitações e Contratos.

O edital está disponível no endereço acima mencionado, no horário de expediente, das 13:00 às 19:00 horas, ou pelo site www.tubarao.sc.gov.br.

Tubarão/SC, 21 de março de 2022.

Joares Carlos Ponticelli

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de **Concorrência nº 046/2022 destinado a Pavimentação Asfáltica da Estrada Arataca - etapa 01**, na Data/Horário: 27/04/2022 às 09 horas, para recebimento e abertura dos invólucros. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br no link "Editais de Licitação". Chave no TCE: 4076F26827C46B8F64CEA0B2BFE7D0E9EA6B47D3.

Joinville, 21 de março de 2022.

Ricardo Mafra – Secretário de Administração e Planejamento

Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 124/2022, destinado ao Registro de Preços, visando a futura e eventual aquisição de conjunto escolar colaborativo infantil 6 lugares, para utilização nas unidades administradas pela Secretaria de Educação Municipal, na Data/Horário: 06/04/2022 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230. Chave TCE: 61C8031FAE9E454C3FF7A9696E3898B1BD6895D8.

Joinville, 15 de março de 2022.

Ricardo Mafra – Secretário de Administração e Planejamento

Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva

MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022****TCE/SC 773C69689A79EB2B0CCEB5643C734F07C100111A**

O Município de Tubarão/SC, situado à Rua Felipe Schmidt, nº 108, Centro, informa que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por lote, visando o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de instalação, desinstalação, manutenção e fornecimento de peças para condicionadores de ar para órgãos da Prefeitura Municipal de Tubarão, Fundações, Autarquia e entidades conveniadas (Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Polícia Civil).

Início da Sessão Pública do Pregão Presencial: 14:00 do dia 04/04/2022.

A entrega dos envelopes será até as 19:00 do dia 1º/04/2022 no Departamento de Licitações e Contratos.

O edital está disponível no endereço acima mencionado, no horário de expediente, das 13:00 às 19:00 horas, ou pelo site www.tubarao.sc.gov.br.

Tubarão/SC, 21 de março de 2022.

Joares Carlos Ponticelli

Prefeito



Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
 pode ser visualizado diretamente no portal
<https://ndmais.com.br/publicacoes-legais>

PARA ANUNCIAR LIGUE

48 3212 4104

MANDE E-MAIL:

opec@ndmais.com.br**ND**
GRUPO ND